

## DADOS DA OPERAÇÃO CONSULTADA

Número da Consulta:	46657
Tipo de Serviço ou Aquisição:	6203-1/00-03 Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (licenciamento de softwares e programas de computador não customizáveis) [Relacionado ao subitem 1.05 da LC 116/2003]
Observação:	O subitem 1.05 descreve a atividade de "Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação". Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF, manifestado no Recurso Extraordinário nº 176.626, o licenciamento de software não customizado é operação de venda mercantil, submetida a incidência do ICMS. A Receita Federal do Brasil, por meio da Solução de Consulta Cosit nº 123/2014, confirma a mesma interpretação. Alguns municípios, porém, divergem do entendimento ( <b>Assista ao vídeo</b> ).
Natureza do Contratante:	Órgão Público Estadual
Tipo do Contratado:	Pessoa Jurídica
Optante do Simples Nacional:	Sim
Município do Tomador:	Brasília (DF)
Município do Prestador:	Brasília (DF)
Município da Prestação:	Brasília (DF)

## INSS na Cessão de Mão de Obra

### ORIENTAÇÃO

O contratante não deve efetuar a retenção sobre a nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços, independentemente de o serviço ser ou não prestado mediante cessão de mão de obra.

Entretanto, o prestador está proibido de exercer esta atividade mediante cessão de mão de obra, o que não torna a fonte pagadora responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição na fonte, mas pode ensejar outras consequências **(Assista ao vídeo)**.

### FUNDAMENTO LEGAL

O serviço em análise não consta da lista de serviços dos arts. 117 e 118 da Instrução Normativa RFB 971/2009 e por isso não deve sofrer a retenção, independentemente de ser executado nas dependências do tomador, do prestador ou de terceiros.

A lista de serviços é exaustiva, conforme art. 119 da IN RFB 971/2009.

### DISPENSA DE RETENÇÃO

O fato de o prestador ser optante do Simples Nacional não tem relevância para a orientação acima, razão pela qual a retenção do INSS está dispensada independentemente de qualquer comprovação quanto ao seu enquadramento no regime da LC 123/2006.

## IRRF de Pessoas Jurídicas

### ORIENTAÇÃO

O contratante não deve reter e recolher o Imposto de Renda na Fonte.

## FUNDAMENTO LEGAL

---

A legislação que trata do IRRF não lista o serviço ora examinado como hipótese de retenção (Decreto nº 9.580/18 - RIR/2018).

## DISPENSA DE RETENÇÃO

---

O fato de o prestador ser optante do Simples Nacional não tem relevância para a orientação acima, razão pela qual a retenção do IR está dispensada independentemente de qualquer comprovação quanto ao seu enquadramento no regime da LC 123/2006.

## ISS na Contratação de Pessoas Jurídicas

## ORIENTAÇÃO

---

Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, para o(s) serviço(s) do subitem 1.05, o imposto é devido no município de Brasília (DF). Nesta hipótese a retenção é obrigatória desde que a prestação do serviço tenha ocorrido no território do Distrito Federal. Se a prestação ocorrer em local diverso, a retenção está dispensada.

## FUNDAMENTO LEGAL

---

Arts. 3º e 6º da Lei Complementar nº 116/2003 e art. 8º, caput e inciso VIII do Decreto DF nº 25.508/2005.

## FATO GERADOR

---

O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que estes não se constituam como atividade preponderante do prestador, conforme art. 1º do Decreto Municipal nº 25.508/2005.

## LISTA DE SERVIÇOS

---

O serviço está previsto na lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, no subitem 1.05.

## BASE DE CÁLCULO

---

A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, conforme art. 27, caput, do Decreto Municipal nº 25.508/2005.

## ALÍQUOTAS

---

No Distrito Federal, na prestação do serviço descrito no subitem 1.05, a alíquota é de 2%, conforme art. 38, I do Decreto Municipal nº 25.508/2005, exceto se o prestador for optante do Simples Nacional (vide campo - SIMPLES NACIONAL - abaixo).

## DISPENSA DE RETENÇÃO

---

Conforme art. 8º, § 1º, do Decreto Municipal nº 25.508/2005, não estão sujeitos à retenção:

- a)** os profissionais autônomos inscritos no cadastro fiscal do DF;
- b)** sociedades uniprofissionais inscritas no cadastro fiscal do DF; e
- c)** o Microempreendedor Individual, optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI.

## DESTAQUE DA RETENÇÃO

---

O ISS deve ser destacado na Nota Fiscal de acordo com o Decreto DF nº 25.508/2005.

## SIMPLES NACIONAL

---

A resposta para todos campos permanece a mesma, exceto a alíquota, que será a discriminada na Nota Fiscal ou 5% na falta de destaque, conforme art. 21, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006. Assista ao vídeo **Retenção de ISS dos optantes do Simples Nacional a partir de 2018** para entender melhor o tema.

## VENCIMENTO

---

A importância retida deverá ser recolhida até o vigésimo dia do mês subsequente ao do período da apuração, conforme art. 71, I, b, do Decreto Municipal nº 25.508/2005.

## FORMA DE RECOLHIMENTO

---

Através de documento de arrecadação instituído pelo município ou por meio de sistema de execução orçamentária ou financeira (SIAFI, por exemplo), na hipótese de existir convênio entre o município e o ente governamental ao qual a fonte pagadora está vinculada (União ou Estado).

## DOCUMENTO FISCAL

---

De acordo com os arts. 15 e 16 da Portaria Municipal nº 403/2009, após a concessão de autorização de uso da nota fiscal eletrônica, o emitente poderá solicitar o cancelamento da nota, em prazo não superior a vinte e quatro horas, contado do momento em que foi concedida a respectiva autorização, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço.

A transmissão do pedido de cancelamento da nota fiscal eletrônica será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

## IMUNIDADE E ISENÇÃO

De acordo com os arts. 2º e 3º do Decreto Municipal nº 25.508/2005, em Brasília (DF), o imposto não incide sobre:

- a)** as exportações de serviços para o exterior do País;
- b)** a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- c)** o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
- d)** a promoção de espetáculos públicos por instituição cultural ou de assistência social, sem fins lucrativos;
- e)** a promoção de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão, por federações de clubes ou por clubes desportivos com sede no Distrito Federal;
- f)** os profissionais autônomos não relacionados no art. 62 do Decreto Municipal nº 25.508/2005;
- g)** a prestação de serviços de transporte público de passageiros de natureza estritamente municipal, assim entendido aquele prestado mediante concessão ou permissão e fiscalização do poder público; e
- h)** os serviços prestados ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do Distrito Federal - PROMOTEC, tomados através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

## OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

O tomador do serviço, caso esteja obrigado a efetuar a retenção, deve observar as obrigações acessórias previstas na legislação municipal, especialmente em relação:

- a)** ao envio de declaração para o órgão fazendário com informações sobre os serviços tomados;
- b)** à entrega de comprovante de retenção do imposto para o prestador do serviço.